

ISSN 2525-6904



DOSSIÊ

Ações a partir do PROEXT/ MEC na UFSC

Impactos das oficinas em escolas públicas, indígenas e quilombolas na ampliação do acesso à Universidade Pública

Clarissa Rocha de MELO, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Maria Octavia Nóbrega COSTA, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Este artigo produto de uma pesquisa de pós-doutorado desenvolvida por Melo, que contou com apoio da graduanda Nóbrega Costa, em iniciação científica. Apresentamos aqui a avaliação de oficinas realizadas em comunidades indígenas, quilombolas e em escolas da rede pública do entorno de Florianópolis, desenvolvidas no âmbito do PROEXT/MEC/SECADI, de 2012 a 2015.. Destarte, o presente artigo pretende trazer um panorama dos resultados dessas oficinas, partindo de uma contextualização pelas demandas das Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina em direção a reflexões sobre como esses programas de extensão contribuíram para o contexto atual de inclusão de acadêmicos indígenas, quilombolas e da rede pública nesta Universidade.. Finalmente, apontamos para importância da extensão universitária como um pilar básico para todas as ciências, sendo produtora de relações e de redes distintas. É nesse caminho da Antropologia em extensão que se pode pensar em uma Antropologia interessada politicamente com os sujeitos que ela estuda, “comprometida”, apoiando-se, ainda, na indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária. Políticas Públicas. Ações Afirmativas. Indígenas. Quilombolas.



Apresentação¹

O presente artigo tem como foco a avaliação das oficinas desenvolvidas em escolas públicas, indígenas e quilombolas, que fazem parte dos programas desenvolvidos na UFSC com financiamento PROEXT/MEC/SECADI nos anos de 2012 a 2015², visando à promoção da igualdade étnico-racial no acesso a bens culturais e ao ensino superior. Os programas propuseram desenvolver ações que contribuíssem para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, a partir de ações específicas voltadas ao fortalecimento de escolas indígenas, quilombolas e da rede pública, com a realização de oficinas, a produção de material de uso pedagógico e a constituição de bancos de dados (em hipermídia) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) voltados para a preservação da memória de acervos antropológicos e das trajetórias de estudantes negros e indígenas na instituição.

Dentre essas atividades realizadas na UFSC, serão analisadas aqui as oficinas desenvolvidas em escolas públicas, indígenas e quilombolas, buscando refletir sobre como esses programas de extensão contribuíram para o contexto atual de inclusão desses estudantes na

1 Projeto “Direitos Humanos, Antropologia e Educação – Experiências de formação em Gênero, Diversidades” (Edital 38/2017 – CAPES/SECADI). Esse edital teve como um dos eixos centrais avaliar o *PROEXT/UFSC* relacionado às oficinas em escolas da rede pública, comunidades indígenas e quilombolas para divulgação do vestibular UFSC. Um projeto desenvolvido em parceria pelo NIGS (Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades), NEPI (Núcleo de Estudos de Populações Indígenas) e IEG (Instituto de Estudos de Gênero), sob a coordenação das professoras Miriam Pillar Grossi e Antonella Tassinari.

2 Essas atividades foram desenvolvidas de 2012 a 2015, através do Programa de Extensão Universitária (PROEXTMEC/SESu 2012)– Promoção da Igualdade Étnico-Racial no Ensino Superior, em 2012; Programa de Ações Afirmativas para a Promoção da Igualdade Étnico Racial no Ensino Superior de Santa Catarina (PROEXTMEC/SESu, 2013) em 2013; e Programa de Extensão Indígenas e Negros no Ensino Superior e em Acervos Virtuais, em 2014-2015 (PROEXTMEC/SESu 2014). O Programa de Extensão “Promoção da Igualdade Étnico-Racial no Ensino Superior” foi coordenado pela Professora Antonella Tassinari, desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos de povos Indígenas (NEPI), em parceria com Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas e com o Grupo de Pesquisa “Escolarização, práticas docentes e conhecimentos pedagógicos” do Centro de Ciências da Educação da UFSC. Esse programa visava, dentre outras ações, à realização de oficinas de debates sobre Ações Afirmativas em Escolas localizadas em Terras Indígenas. Os encontros realizados em terras indígenas guarani, kaingang e xokleng, envolvendo lideranças, estudantes de ensino médio e comunidade dessas etnias, permitiram que os participantes pudessem tirar dúvidas sobre o processo de inscrição e desenvolvimentodo vestibular, além de pontuarem aspectos a serem revistos na seleção de estudantes indígenas.



mesma Universidade. Importante ressaltar que, além de divulgar as ações afirmativas da UFSC nas comunidades indígenas e quilombolas e na rede pública de ensino, as atividades de extensão visavam apoiar os estudantes na inscrição do vestibular e, posteriormente, em sua permanência, ampliando o acesso desses grupos à Universidade.

Para a realização desta pesquisa, iniciamos com a leitura dos relatórios elaborados pelas equipes dos núcleos participantes do programa; realizamos pesquisa bibliográfica sobre o que havia sido produzido a respeito das atividades do Proext/MEC na UFSC; realizamos entrevistas com alguns coordenadores do Programa; e, finalmente, realizamos contatos com ex-bolsistas por *e-mail*, *WhatsApp*, *Facebook*. Aqueles que se encontravam em Florianópolis e dispunham de tempo para conversar, nós os convidamos para um grupo focal, ocasião em que os participantes puderam elaborar uma memória coletiva das atividades desenvolvidas e das experiências vividas.

Contextualizando as Ações Afirmativas na UFSC

A Universidade Federal de Santa Catarina instituiu seu Programa de Ações Afirmativas (PAA) através da Resolução 08/CUN/2007 (UFSC, 2007), tendo sido aprovado na reunião do Conselho Universitário de 10 de julho de 2007, por um período inicial de cinco anos, para posterior avaliação³. A adoção de ações afirmativas na UFSC se deu num contexto em que cerca de 40% das universidades estaduais e federais já haviam adotado programas dessa ordem e visavam a combater os efeitos de discriminações de recorte socioeconômico e étnico-racial. Essas ações tinham o objetivo de ampliar o acesso de estudantes oriundos de escolas públicas e negros nas universidades públicas brasileiras desde 2003, abrangendo cerca de 70% das universidades federais e estaduais em 2010 (Tratenberg et al., 2013, p. 205).

De acordo com Tragtenberg (2012), em 2006 teve início o debate sobre Ações Afirmativas na UFSC, quando foram convidados professores de vários departamentos; representantes da COPERVE, da APUFSC, do SINTUFSC, do DCE, da Secretaria Estadual de Educação, do Movimento Negro; e um representante Guarani para formar uma comissão com o intuito de discutir sobre as Ações Afirmativas nessa Universidade. A

³ A comissão fez a avaliação do Programa, que foi apreciada pelo Conselho Universitário da UFSC, em 2012, tendo sido aprovada sua continuidade.



comissão levantou um conjunto extenso de dados sobre desigualdades socioeconômicas e étnico-raciais no Brasil, em Santa Catarina e entre estudantes de graduação da UFSC. Optou-se por um processo de discussão do tema que se iniciasse com um seminário aberto à UFSC e à sociedade e com um debate com gestores (coordenadores de cursos de graduação, chefes de departamentos e diretores de centro). A partir da pesquisa dos dados e dos encontros, a comissão elaboraria um documento preliminar, a ser distribuído à comunidade universitária da UFSC, ao movimento negro e aos povos indígenas, para discussão e recolhimento de sugestões e propostas de acesso à UFSC. Esses dados seriam recolhidos, e a comissão elaboraria uma proposta a ser apresentada ao Conselho Universitário da UFSC.

Tal documento, intitulado “Ampliação do acesso com diversidade socioeconômica e étnico-racial na UFSC: considerações preliminares”, foi distribuído aos centros e departamentos de ensino, para que cada Centro promovesse discussões e devolvesse à comissão com sugestões. No entanto, praticamente não houve sugestões ao documento. Nem as posições contrárias se manifestaram. A comissão elaborou a proposta levando em conta basicamente os dados fornecidos pela COPERVE (COPERVE/UFSC, 2006), os quais indicavam que, no período de 2000 a 2006, em média 33% dos candidatos inscritos e somente 25% dos classificados (convocados em primeira chamada da matrícula) haviam cursado o ensino médio numa escola pública. Nesse mesmo período, 25% dos candidatos inscritos e 18% dos classificados haviam cursado todo o ensino fundamental e médio numa escola pública. Esses dados se agravavam quando se analisava a distribuição desses alunos por curso⁴.

Em resumo, o vestibular apresentava seletividade do ensino médio e ensino fundamental e médio públicos e segregava esses alunos em cursos de menor prestígio social, majoritariamente. A discussão da proposta da comissão iniciou-se pelo acesso. A proposição de cotas percentuais de vinte por cento em cada curso de graduação para oriundos do ensino fundamental e médio público foi unânime. O autor ainda revela que o percentual de vinte por cento, considerado acanhado por todos os membros da comissão, foi devido ao argumento segundo o

4 Cursos de menor prestígio social, como Biblioteconomia, Filosofia (noturno), Física licenciatura (noturno), Geografia (noturno) e Serviço Social (noturno), tinham mais de 45% de classificados vindos do ensino médio público. Já cursos de maior prestígio social, como Medicina, Administração (diurno), engenharias de Automação e de Alimentos, Jornalismo, tinham menos de 10% de egressos do ensino médio público.



qual é preciso garantir inicialmente um mínimo de diversidade, particularmente nos cursos mais seletivos. Se a UFSC propiciasse assistência estudantil e apoio pedagógico suficientes, poder-se-ia pensar no aumento desse percentual.

Em 2003 houve a iniciativa do pré-vestibular gratuito na Universidade, que teve continuidade até 2012.⁵ Esse curso obteve sucesso tanto na abrangência dos interessados quanto na eficiência na inclusão na Universidade, aliado às cotas de acesso. Além do estímulo à expansão desse pré-vestibular gratuito, a preparação para o acesso envolveu divulgação das ações afirmativas. Todavia, uma das maiores fragilidades do sistema de cotas da UFSC é o desconhecimento pelo público-alvo: alunos de escolas públicas, negros e indígenas, como demonstra o texto que avalia os cinco primeiros anos do Programa de Ações Afirmativas na UFSC (TRATENBERG et al., 2013, p. 208).

Dessa forma, percebe-se que o Programa de Extensão Universitária – PROEXTvem justamente suprir demandas como essas. Criado em 2003 no âmbito do MEC, tinha como objetivo “apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas”⁶.

Rumo à Diversidade: ações a partir de programas de extensão na UFSC

Uma das atividades previstas nos mencionados programas de extensão desenvolvidos na UFSC foi a realização de oficinas em Escolas Públicas do entorno de Florianópolis, em aldeias indígenas, no INCRA e em comunidades quilombolas. Também foram realizadas oficinas em Escolas de Samba de Florianópolis, visando atender a um público residente nos morros da cidade. Essas oficinas possibilitaram que indígenas, negros e estudantes provenientes da rede pública tivessem conhecimento sobre as políticas de ingresso e permanência na Universidade Federal de Santa Catarina.

A noção de diversidade (ORTIZ, 2015) nos ajuda a observar esse processo, levando em consideração as naturezas distintas entre os

⁵ Disponível em www.prevestibular.ufsc.br. Acesso em 02 de abril de 2020.

⁶ ProExt - Ministério da Educação.



grupos socialmente desfavorecidos aos quais se aplicam essas políticas públicas – neste caso específico, as oficinas e demais atividades que surgiram a partir de editais do PROEXT/MEC. Assim, é importante compreender que a diversidade é um termo que se aplica a formações sociais radicalmente distintas da nossa. E, ainda, compreender que não basta observar a diversidade na universidade (indígenas, estudantes de escolas públicas e quilombolas), mas mostrar que há pontos de vista distintos dentro da diversidade: contradições, fissuras, brechas. Desse modo, a presença de diversos segmentos antes excluídos da vida universitária faz emergir reflexões sobre quem são os sujeitos alvos dessas políticas públicas e quais os obstáculos que não permitem a efetiva entrada e permanência desses estudantes na UFSC.

Além das *escolas públicas de Florianópolis*⁷, foram abarcadas pelo programa de extensão escolas públicas dos seguintes municípios: São José, Palhoça, São Bonifácio e Itapema.. Um resultado importante dessas oficinas foi o estímulo para a inscrição dos participantes no vestibular no final do ano. Em muitas escolas, observou-se que os participantes não visualizavam a Universidade em seu futuro; e as oficinas ofereceram esse horizonte. Em algumas escolas, o número de alunos inscritos nos vestibulares de 2011 e 2012 variou significativamente. Após o levantamento dos questionamentos surgidos nas oficinas, percebeu-se que ainda falta muita informação nas escolas de ensino médio da rede estadual de Santa Catarina. Os estudantes ainda tinham muita dúvida sobre a distribuição de vagas destinadas às cotas na UFSC e sobre quem pode concorrer; dúvidas sobre os cursos de graduação e sua relação com as profissões; dúvidas sobre os custos dos

7 Foram realizadas oficinas em 8 escolas públicas de Florianópolis e em 4 escolas nos seguintes municípios próximos: EEB Prof. Maria Barbosa José Vieira (Escola Jovem – São José), Oficinas realizadas: 5, Todos os turnos, dias: 16-17-18/10 2012, Participantes: 218; EEB Aderbal Ramos da Silva (Florianópolis), Oficinas realizadas: 3, Todos os Turnos, Dias: 18-19/ 10/2012, Participantes: 159; E. Anibal Nunes Pires (Florianópolis), Oficinas realizadas: 3, Todos os turnos, 18 e 22/10/2012, Participantes: 81; Escola São Tarcísio (São Bonifácio), Oficinas realizadas: 1, Turno: Noite, 31/10/2012, Participantes: 27; E. Ivo Silveira (Palhoça), Oficinas realizadas: 3, Todos os turnos, 06/11/2012, Participantes: 185; E. Henrique Stodieck (Florianópolis), Oficinas realizadas: 3, Todos os turnos, 01/11/2013, Participantes: 188; E. Dom Jaime Câmara (Florianópolis), Oficinas realizadas: 1, Turno: Noite, 27/11/2012, Participantes: 48; E. Laércio Caldeira de Andrada (Florianópolis), Oficinas realizadas: 1, Turno: Manhã, 28/11/2012; EEB Prefeito Olegário Bernardes (Itapema), Oficinas realizadas: 2, turno: tarde e noite, 26/11/ 2012, Participantes: 86; EEB Jacó Anderle (Florianópolis), 26/10/2012, oficinas realizadas: 3, todos os turnos, participantes: 100; EEM Brigadeiro José Silva Paes (Florianópolis), oficinas realizadas: 1, turno: manhã, 28/11/2012, Participantes: 32; EEB Jurema Cavalazzi (Florianópolis), Oficinas realizadas: 1, turno: manhã, 27/11/2012, participantes: 25.



cursos (alguns não sabiam que não precisavam pagar mensalidades nem taxa de matrícula, enquanto a maioria desconhecia a existência de programas de auxílio financeiro aos estudantes); dúvidas sobre transferências externas, sobre a inscrição no vestibular e em qual perfil de cotas se encaixam, entre outras.

Assim, a partir da proposta da extensão universitária, foram feitos esclarecimentos sobre os programas de Ações Afirmativas e programas de permanência dentro da Universidade (Bolsa permanência, Auxílio-Alimentação, Auxílio-Creche, Auxílio-Moradia e Moradia Estudantil). Outro resultado importante foi promover uma reflexão sobre questões étnico-raciais, sobre preconceitos relacionados à negritude, à condição de classe ou à etnia⁸. Efeito este que se desdobrou na contribuição na trajetória acadêmica de ex-bolsistas de várias etapas do projeto, como será desenvolvido no próximo item.

Ao entrevistar a ex-bolsista Raisa, do eixo Escola Pública, esta coloca que sua participação:

(...) contribuiu pela experiência de poder dialogar com jovens em ambiente escolar, e principalmente me ajudou em função dos textos teóricos lidos. Os textos das discussões étnico-raciais me auxiliaram inclusive a ter embasamento teórico na minha pesquisa que desenvolvi anos depois, no mestrado, onde trabalhei desconstruindo conceitos raciais e historicizando a ideia de raça ao longo da historiografia (Trecho de questionário respondido por Raisa Sagredo em 11/08/2019).

8 A partir dos relatos dos ex-bolsistas e relatórios, observa-se que se fez uso de linguagem acessível para alunos e comunidade escolar na realização de oficinas pedagógicas. Esses materiais foram enviados para as aldeias e comunidades quilombolas de Santa Catarina e serviram de suporte durante a realização das oficinas indígenas de preparação para o vestibular. Foram disponibilizados os acervos do Professor Silvio Coelho dos Santos e de pesquisadores da instituição aos estudantes negros e indígenas das comunidades-alvo, que se localizam na sala do NEPI/UFSC. Asseguraram-se bolsistas permanentes que recebiam os indígenas e mostravam os materiais, os quais eram usados em trabalhos que realizavam para a Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Também foi elaborado o observatório de Ações Afirmativas, com narrativas sobre histórias de vida e trajetórias de estudantes que ingressaram na Universidade Federal de Santa Catarina através do PAA e de pesquisas acadêmicas sobre Educação e Relações Étnico-Raciais.



Em relação às *comunidades quilombolas*⁹, as oficinas¹⁰ iniciam em 2012, com ações mais extensas entre os anos de 2014 e 2016, pensando em potencializar o ingresso de candidatos quilombolas ao ensino superior a partir de realização de oficinas direcionadas à divulgação das políticas de ações afirmativas da UFSC e das políticas públicas que viabilizem a permanência dos ingressos, como, por exemplo, a Bolsa MEC/Quilombola. Foram realizadas em quatro regiões distintas (oeste, sul, litoral e litoral sul) para abarcar o maior número de participantes. Foi possível produzir materiais audiovisuais das oficinas com o apoio de professores de outros centros de ensino, como o Jornalismo/CCE.

Podemos dizer que o trabalho realizado a partir da extensão universitária (com recursos do Edital PROEXT) motivou os candidatos quilombolas a buscar uma formação profissional e aproximou a UFSC e as associações quilombolas catarinenses, possibilitando a criação de um espaço de comunicação mais eficaz e próximo às suas realidades sociais e culturais.

Entendemos que, ao garantir o ingresso dos jovens quilombolas ao ensino superior, ampliam-se os saberes acadêmicos, afirmam-se identidades negras e quilombolas e o direito à educação. Assim, de modo geral, percebe-se que a extensão foi fundamental para promover o acesso dos estudantes quilombolas e indígenas à UFSC e para colaborar com a consolidação das políticas afirmativas de inclusão na UFSC. Ressalta-se a importância da articulação com os cotistas de inúmeros cursos que se envolveram ativamente no processo e também do Movimento Negro para o acompanhamento desses candidatos antes, durante e após a aprovação no vestibular.

9 Em Santa Catarina existem 19 comunidades quilombolas mobilizadas a partir da autoafirmação identitária e cultural e que, a partir da publicação do Decreto 4887/2003, que regulamenta o Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, reivindicam ao Estado Brasileiro a regularização das áreas de terras quilombolas que tradicionalmente ocupam. Essas comunidades somam aproximadamente 5 mil pessoas, das quais grande parte é formada por jovens e adultos sem acesso à formação superior. As comunidades quilombolas estão distribuídas tanto em regiões rurais como em áreas urbanas centrais e periféricas, inseridas em fortes disputas e conflitos com grupos étnicos vizinhos em torno do direito às terras.

10 As oficinas realizadas ao longo de 2012 a 2015 alcançaram aproximadamente 200 pessoas, em cada ano de sua realização, oriundas de diferentes comunidades quilombolas: Invernada dos Negros, São Roque, Valongo, Morro do Boi, Aldeia, Morro do Fortunato, Santa Cruz, Caldas da Imperatriz e Cubatão.



Tabela: Candidatos quilombolas inscritos pelas oficinas originadas no NEPI/PROEXT/MEC.

Vestibular/UFSC	Inscritos	Aprovados
2014	17	1
2015	33	-
2016	22	5

Fonte: Arquivos NEPI - Relatório PROEXT (2016).

No âmbito desse projeto, inscreveram-se aproximadamente 72 candidatos. Esse número é expressivo diante do quadro histórico de exclusão escolar nessas comunidades e das condições objetivas para a sua consolidação. No entanto, quando se compara esse mesmo número de inscritos com o número de ingressos efetivos na UFSC, constata-se que a maioria dos inscritos não compareceu às provas do vestibular, mesmo com a isenção das taxas de inscrição autorizadas pela UFSC. A partir dos dados observados, percebemos que a reclamação dos candidatos que não conseguiram ingressar foi a de que o edital foi divulgado com pouca antecedência. Além desse, foram destacados outros fatores que revelam que esses candidatos se deparam com um sistema de pré-exclusão anunciada ao ensino superior:

- O modelo da prova do vestibular é avaliada pelos candidatos como inacessível, devido ao processo de educação formal que avaliam como fraco para concorrerem em condições igualitárias com outros candidatos;
- Dificuldades com deslocamentos, não havendo transporte público ou outra possibilidade de transporte, como, por exemplo, a disponibilização de um carro próprio;
- A inexistência de alojamento para permanência durante os dias do vestibular, uma vez que os candidatos não têm condições financeiras;



➤ Não há condições financeiras para se manterem durante os dias das provas do vestibular.¹¹

Os relatórios¹² revelaram outro dado importante durante a execução do projeto de extensão: nenhum dos candidatos das comunidades quilombolas havia, ao longo de sua trajetória estudantil, acessado o ENEM como forma de ingressar no ensino superior. O modelo/formato de prova do ENEM, caracterizado por um conjunto de questões longas, não permitiu o êxito dos candidatos dentro do limite de tempo estipulado pela prova. Há ainda a dificuldade de isenção da taxa de inscrição, pois o sistema não a autoriza para aqueles com vínculos de trabalho, sendo o custo da taxa de inscrição – de aproximadamente R\$ 60,00 (sessenta reais) – considerado inviável para eles.

Diante desse quadro analisado com base nos materiais disponíveis e nos diálogos durante a avaliação dos referidos projetos PROEXT desenvolvidos na UFSC, vislumbra-se a necessidade de serem asseguradas condições estruturais mais igualitárias de concorrência ao acesso à universidade pública pelos segmentos oriundos das comunidades quilombolas¹³.

Em relação às *comunidades indígenas*¹⁴, a realização de oficinas de divulgação e preparação para realização do processo de seleção

11 Arquivos do NEPI: *Proposta de Seleção Específica para Ingresso de Indígenas e Quilombolas na UFSC*, 2016.

12 A partir da constituição do Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe da Associação dos Professores da UFSC, em 2002, de acordo com Tragtenberg (2012), inicia-se a discussão sobre as ações afirmativas nessa Universidade. O Grupo de Trabalho elaborou uma pesquisa sobre o acesso de estudantes à UFSC, demonstrando como políticas de acesso poderiam ter impacto no percentual de negros e de oriundos de escolas públicas na instituição. Foram simuladas políticas de acesso utilizando os dados da COPERVE/UFSC para testar se a duplicação de vagas em 17 cursos de maior e menor prestígio social implicaria automaticamente o aumento do percentual de estudantes de ensino médio público e do percentual de negros na UFSC. Os resultados foram negativos. Foi simulada também a reserva de 50% das vagas desses cursos para oriundos do ensino médio público; e verificou-se que não mudaria significativamente o percentual de negros. Portanto, revelou-se como um mito o fato de a inclusão socioeconômica levar inevitavelmente à inclusão de negros.

13 Foi reivindicado um cursinho pré-vestibular específico para esses estudantes. Também foi sugerida a criação de parcerias com prefeituras para disponibilização de computadores para a realização de inscrições.

14 Foram realizadas oficinas em duas TI's Guarani (Morro dos Cavalos e Biguaçu), na TI Laklãnô/Xokleng (José Boiteux) e na TI Xapecó, Kaingang.



significou uma enorme diferença no número dos que foram aprovados no vestibular. Mostram-se os diferentes números de ingresso na UFSC antes das atividades do Projeto e depois de sua implementação.

Tabela: Candidatos indígenas inscritos pelas oficinas NEPI/PROEXT/MEC.

Vestibular/UFSC	Inscritos	Aprovados
2010	7	2
2011	3	2
2012	13	6
2013	17	5
2014	37	26
2015	96	18

Fonte: Arquivos NEPI - Relatório PROEXT (2016).

Assim, em relação aos indígenas, os números demonstram, conforme tabela acima apresentada, que os trabalhos do Projeto, através de suas oficinas e demais atividades, mudaram significativamente esse quadro. Nos dois últimos anos, decorrente da atuação do Projeto, encontramos um número significativo de indígenas que ingressaram na UFSC: em 2015 foram inscritos 96 indígenas no vestibular, e 18 foram classificados. Desse modo, esses números, como os de 2014, superam substancialmente os dos anos anteriores, que tinham chegado ao máximo de 14 inscritos em 2009, com número ainda mais reduzido de classificados. Além do aumento numérico de indígenas hoje matriculados na UFSC, o Projeto dedicou-se igualmente à preparação de estudantes indígenas para sistematizar as experiências que trazem das aldeias e que vivem na academia. Desse modo, além de dotá-los de instrumentos metodológicos para compreender e lidar com o universo



acadêmico, a iniciativa também faz com que eles mesmos ajudem a divulgar as formas de acesso à Universidade junto às aldeias.

Os Programas desenvolvidos atenderam aos objetivos de identificar demandas de caráter cultural e de inserção social e econômica, a fim de possibilitar um diálogo intercultural entre a Universidade e os povos indígenas e de superar as principais dificuldades que impediam o seu ingresso nas instituições.

Os Programas de Extensão se propuseram a atingir dois públicos étnicos e culturalmente distintos no estado de Santa Catarina – que são as populações negras e indígenas – e, de modo específico, alunos da educação básica e do ensino superior¹⁵. Antes dessas ações, raros eram os estudantes indígenas que acessavam as Universidades Federais. Enquanto a Licenciatura Intercultural – pelo seu caráter de atenção diferenciada – conseguiu completar as 120 vagas oferecidas, os indígenas que tentaram entrar nos cursos regulares pelo sistema de cotas, assim como os negros a quem eram reservados 10% das vagas, não estavam obtendo êxito no preenchimento delas. Essa situação apontava a necessidade urgente de atividades de pesquisa-ação que envolvessem o público-alvo dessas políticas (notadamente estudantes negros e indígenas do Ensino Médio), as escolas e as universidades.

Todavia, esses dados também mostram a natureza distinta desses grupos sociais que são o público-alvo do projeto. Assim, concordamos com uma reflexão de Gusmão (2011) que, embora tenha como foco a escola, nos ajuda a analisar o diálogo entre esses grupos e a universidade:

(...) não se pode ser ingênuo a ponto de acreditar em “salvar” o ensino a partir de uma falsa noção de igualdade que desconsidera e faz tábula rasa das diferenças, mas também é ingenuidade pensar em salvar o ensino, pura e simplesmente, pelo reconhecimento das diferenças culturais. Isso tudo é insuficiente. E por que é insuficiente? A escola pensa que a cultura seja apenas traços, elementos culturais fixos que não atende aos requisitos da vida social, já que não é compreendida como processo dinâmico, engendrado por relações as mais diversas e, por isso mesmo, contraditórias, complementares, complexas. A cultura envolve as condições objetivas da vida, mas também os sentimentos, emoções e representações que se tem sobre o que é

15 A maioria dos estudantes indígenas da UFSC ingressou pelo sistema de cotas (inicialmente pela RN nº 008/CUN/2007 e pela Lei Nacional de Cotas), política afirmativa que passou a ser implantada a partir de 2008, assim como pelo curso de Licenciatura Intercultural Indígena (LII), iniciado em 2011.



vivido. Assim, o que a cultura diz e o que está em jogo, não são as diferenças, mas a alteridade que constitui nosso mundo. Ou seja, as relações que nos constituem enquanto um nós coletivo (Gusmão, 2011, p. 36).

Ou seja, entendemos que é necessária justamente uma avaliação desses projetos, bem como, mais especificamente, a possibilidade de adentrar no universo desses sujeitos que são alvo dessas políticas para compreender as razões da não entrada de estudantes pertencentes às comunidades quilombolas e indígenas na UFSC, por exemplo.

A diferença é algo que se produz socialmente, via um sentido simbólico e um sentido histórico, localizado, definido. Um exemplo: índios [sic], negros, alunos de periferia, do campo e de outros espaços, muitas vezes, são apontados como maioria entre aqueles que vivenciam o fracasso escolar. Estudos diversos apontam múltiplas razões para tal e, muitas vezes, apontam para os próprios sujeitos ou para as condições sociais que possuem. Esse caminho não permite entender por que, apesar das repetências, insistem em retornar à escola, desmentindo em parte, que a questão de falta interesse, inadaptação, maus resultados seriam suficientes para afastá-los da escola. Para essa população, a escola é ainda um valor (Gusmão, 2011, p. 35).

Assim, concordamos com Gusmão (2011) quando a autora aponta justamente para a necessidade de compreender os processos e contextos desses grupos, mas também para o que representa a escola – e, neste caso, a universidade – para esses acadêmicos. Algo que tem a ver com a possibilidade de aquisição de saberes da alteridade, para lidar com a sua realidade atual, de luta e resistência.

Tecendo saberes: os diálogos com ex-bolsistas de extensão

A avaliação das oficinas realizadas nos citados Programas de Extensão¹⁶ se deu por meio de consulta aos relatórios disponíveis, mas também foram importantes os diálogos com ex-bolsistas. Essa parte da avaliação nos permitiu aprofundar algumas questões relacionadas à

16 A avaliação foi realizada por meio da análise dos relatórios e materiais produzidos; dos questionários preenchidos pelos ex-bolsistas durante a pesquisa; pelos relatos dos ex-bolsistas nos grupos focais e pelas entrevistas realizadas durante o Pós-Doutorado de Clarissa Rocha de Melo.



formação profissional mas também pessoal desses bolsistas que participaram do programa realizando oficinas nas comunidades indígenas, quilombolas e nas escolas públicas.

Utilizou-se a metodologia de grupos focais (BARBOUR, 2009) com o intuito de despertar interações entre os ex-bolsistas para entender como aquele grupo de pessoas pensava sua experiência no projeto. Assim, foi possível estabelecer uma avaliação coletiva entre os membros participantes.

Nos relatos percebemos o quanto as oficinas aproximam a universidade das comunidades indígenas e quilombolas, proporcionando um conhecimento mais amplo e mais ajustado a essas realidades. É perceptível, através das falas dos ex-bolsistas, o desenvolvimento de alianças das comunidades indígenas e quilombolas com o poder público, por meio do seu fortalecimento e do conhecimento sobre seus direitos ao acesso a bens e serviços, dentre os quais a universidade aparece como uma demanda central.

No que tange à participação nas comunidades indígenas, os diálogos no NEPI foram fundamentais para a formação desses bolsistas e para orientar as atividades nas comunidades, que tiveram os professores indígenas como aliados. Apesar das dificuldades de acesso e da falta de comunicação via internet na maioria das Terras Indígenas, os bolsistas criaram estratégias para driblar as dificuldades técnicas e também se esforçaram para estudar e compreender as especificidades culturais de cada grupo, demonstrando um envolvimento com a causa indígena e com o trabalho no PROEXT. Os dados coletados em campo reforçam a necessidade de levar a UFSC às comunidades e às escolas, e não apenas o contrário.

A Prof.^a Antonella e o Marcelo tentaram aproximar a Universidade das problemáticas relacionadas às AA específicas para indígenas, considerando suas particularidades, se havia outros vestibulares, os formatos, etc. As questões políticas traziam novas demandas. Por exemplo, havia reserva de vagas [para indígenas] mas estas eram tidas como “ociosas”. Precisavam deste dado e saber que os estudantes indígenas tinham interesse em estudar na Universidade. O projeto lidou com essas discussões. Conseguiram, em 2013, uma vitória imensa com o grande número de inscrições; as AA e os esforços mostraram que podem ser eficientes. O projeto levou estes dados para a arena de debate. Acabaram fazendo e foi legítimo. Não levar a UFSC às aldeias, pois não era publicidade. Era mostrar que eles possuíam, através das políticas de AA, acesso à UFSC. E, após este feito, observar



as lacunas e falhas. Todos tinham interesse genuíno em quebrar estereótipos. Eles não queriam estudar apenas nos cursos de Medicina, Direito ou Enfermagem. À medida que o debate se aprofundava, demonstraram seus interesses em Cinema e outras áreas. Entendeu que levavam a aldeia para a Universidade e não o contrário. O grande problema foi o fato de eles não terem conseguido seguir os “protocolos” universitários, garantir moradia, etc. (Depoimento de Julia Faraco, 02/07/2019).

Os bolsistas também relataram que as visitas às Terras Indígenas foram importantes para a quebra de estereótipos sobre interesse acadêmico-profissional dos indígenas; e puderam, então, nesses momentos incentivá-los a acessar seus direitos.

Essas oficinas promoveram uma profusão de ideias e um maior entendimento sobre as diversas realidades socioculturais. Os bolsistas que trabalharam nas TI's relataram que os acadêmicos que cursaram a Licenciatura Intercultural Indígena foram fundamentais como rede de apoio para concretização das inscrições dos demais interessados no vestibular da UFSC. Esses bolsistas compreenderam que as informações sobre o vestibular não eram entendidas por muitos interessados e que havia a necessidade de um material de divulgação que se adequasse a essas realidades. Assim, foi criado um guia de cursos voltado ao público indígena.

O NEPI abrigava o PROEXT¹⁷. Tudo acontecia nele. Grupos de bolsistas nas reuniões. As oficinas aconteciam em separado. Participaram de trocas na elaboração dos materiais. Eles [os integrantes do NUER] participaram do seminário final em 2014/2015. Estavam presentes as bolsistas que iam às escolas quilombolas. Fizeram oficinas em escolas de samba também. (...) foi muito “rico” em todos os sentidos. Frutos de várias parcerias. Alunos indígenas que estudavam à época era difícil de encontrar. Não foi fácil, mas havia. Inclusive, encontraram no NEPI e PROEXT um espaço para se reunir, fortalecer uns aos outros. Eles estavam ansiosos para que novos indígenas entrassem na Universidade. Foi um lugar importante, uma parceria fundamental. Os bolsistas tinham uma força bonita de ver. Todos estavam engajados. Solidários à causa. Todos trabalhavam demais. Várias áreas de conhecimento, trajetórias diferentes. Os professores indígenas ajudaram e o pessoal da LII também, nos “desencontros”. Tinham de preencher cadastros enormes. Muitos

17 Internamente, os referidos programas de extensão eram chamados de “PROEXT”, de modo que os bolsistas aqui se referem às atividades desenvolvidas na UFSC e não ao Edital do MEC.



estudantes indígenas não possuíam CPF, nem RG. Faltavam documentos, e era difícil efetivar todas as inscrições. Várias lacunas. Os alunos da LII foram a ponte fundamental. Falavam com seus parentes e repassavam informações, era um “jogo doido”. Entregavam nas aldeias os comprovantes impressos na UFSC. Eram o canal entre as aldeias e os bolsistas. Resolviam pendências. Um “achado”. Estreitaram os laços no percurso. (...) e isto foi interessante! Ajudou o PROEXTa crescer (Depoimento de Julia Faraco, 02/07/2019).

Faz-se necessário compreender que foi um longo processo de debates sobre as Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina e que também houve desafios, como podemos observar nos depoimentos de ex-bolsistas a seguir. Ricardo e Julia foram bolsistas que trabalharam mais diretamente com comunidades indígenas, realizando oficinas em Terras Indígenas de Santa Catarina e acompanhando os estudantes durante e após o vestibular:

(...) era só observar as provas... a somatória! Houve um ano que foi reduzida a nota de corte da redação. O PROEXTdeixou isso muito evidente. Não bastaria se pensar “plural”. Receber os alunos indígenas, quilombolas, oriundos de escolas públicas, mas e aí...? O que, de fato, é feito para ajudá-los? É necessário imaginá-los dentro da Universidade. Apesar de o acesso ter se tornado mais democrático, continua sendo meio elitista. A UFSC ainda não está “contaminada”. Precisa se tornar um espaço acolhedor. Criar efetivamente este acolhimento. Não ser apenas no papel, deve ser na prática (Depoimento de Ricardo Cristofolini Vicente, 02/07/2019).

(...) havia dificuldade de acomodá-los neste espaço e mantê-los. Tanto de modo material quanto intelectual e emocional. Sentiam falta da família. A UFSC pode ser um ambiente hostil. Eles sentiam vontade de ir embora (Depoimento de Julia Faraco, 02/07/2019).

Os desafios também surgiram entre bolsistas que trabalharam com as comunidades quilombolas, como foi o caso de Alex:

A partir dessa aproximação tive contato com um coletivo de estudantes de Engenharia e Arquitetura que abriu espaço para um projeto de construção de casas populares para as comunidades quilombolas. (...) penso que temos que, conjuntamente com essas iniciativas, pensar formas de acolhimento, espaço quilombola em espaço acadêmico urbano para que influências externas não estejam distanciando os jovens de suas raízes. Outro ponto importante foi a questão da visibilidade e interação entre os dois espaços. Muitos estudantes tiveram contato com a cultura e vivências quilombolas. Um impacto positivo foi a desmistificação da política de ações afirmativas,



cotas, nos espaços estudantis, esclarecendo os diversos mitos que se tinha acerca dessa política. (Questionário respondido por Alex Zok, em 13/07/2019).

Em relação ao Eixo que previa a realização de oficinas em Escolas Públicas, o bolsista Luis Antônio aponta alguns aspectos importantes experienciados durante as oficinas que impactaram também sua trajetória acadêmica:

(...) Tive a oportunidade de participar de três projetos dentro do PROEXT, entre eles pra mim o mais impactante foi “Promoção da Igualdade Étnico-Racial no Ensino Superior”, onde tínhamos a oportunidade de levar às Escolas Públicas de Florianópolis e região as formas de entrar na Universidade Pública. Participavam professores e bolsistas. Um dos professores mais motivados com esse projeto foi Marcelo Tragtenberg, de Física. Levávamos às Escolas principalmente as elucidações sobre as cotas sociais e raciais, como direito dos estudantes que estivessem dentro dos critérios para conseguirem o objetivo de adentrar os muros da Universidade. O aprendizado foi muito edificante, pois na maioria das escolas, mesmo as mais próximas da UFSC, os estudantes não tinham conhecimento de um terço do direito que lhes cabia sobre a Universidade, como RU, bolsas, entre outros. Ainda reina nas escolas o estigma de que tudo tem que ser pago; e, por serem de famílias mais simples, em sua maioria eles aceitam como conclusão de ensino a formação de ensino médio, e então o mercado de trabalho. Enfim, participar do PROEXT, estar em contato com a prática fora dos muros da UFSC, posso dizer que teve um impacto decisivo em muitas de minhas futuras escolhas profissionais. (Questionário respondido por Luís Antônio de Souza em 11/08/2019).

Durante a pesquisa de avaliação das oficinas, percebemos que a experiência dos bolsistas nesse programa promoveu uma desconstrução do discurso sobre a extensão ser ineficiente. Além disso, foi consenso nas falas e relatos que estudar questões indígenas tirou os bolsistas do lugar comum e os aproximou de realidades distintas, compartilhando sonhos e possibilidades com indivíduos aos quais antes sequer teriam acesso. Também ressaltaram o fato de o Programa ser ligado à antropologia como fundamental, principalmente nas discussões sobre noção de tutela e paternalismo. Perceberam, portanto, uma expansão do alcance das informações sobre Ações Afirmativas e direitos estudantis e também o estímulo ao debate das desigualdades sociais entre os professores e estudantes.



Além de mudanças em suas trajetórias pessoais, os bolsistas também observaram o fortalecimento do movimento estudantil indígena e quilombola. Ademais, indicaram a relevância da experiência no PROEXT para a produção de conhecimento científico na graduação e na pós-graduação sobre a temática, além do papel da Antropologia da Educação em sua formação.

Os bolsistas ressaltaram como fatores positivos em sua participação nas oficinas PROEXT, a possibilidade de adentrar no universo da escola pública e também um maior contato com a cultura dos quilombolas e indígenas. Perceberam, a partir da análise dessa política pública, que o vestibular, como prova legítima que avalia capacidades, não abarca as diferenças socioculturais desses grupos.

Para os ex-bolsistas, as oficinas nas comunidades indígenas e quilombolas e nas escolas da rede pública foram “primeiras experiências de docência”, as quais qualificam como “engrandecedoras”. Em seus relatos, é possível vislumbrar um novo olhar sobre ancestralidade – a partir da percepção da importância dos anciãos para esses grupos –, assim como apontaram aspectos relevantes sobre a cosmologia das comunidades pesquisadas.

Durante a participação nas oficinas, puderam compreender e valorizar experiências das etnias e seus anseios quanto à educação indígena. Muitos sentiram o despertar de um interesse pela educação indígena e quilombola de modo amplo. Perceberam, ainda, que o PROEXT contribuiu para desenvolver metodologias educacionais que abarcam as diferenças e também para a transformação do campo científico ao permitir a entrada de outros saberes. Finalmente, apontaram a necessidade de respeitar o desejo e o consentimento das comunidades em qualquer atividade proposta.

Outro fator interessante é que apenas a divulgação e a inscrição no vestibular não bastavam. Os bolsistas acabaram por se dedicar a acompanhar esses acadêmicos no cotidiano da universidade, o que fortaleceu laços de amizade e a troca de conhecimentos. Os bolsistas também são unânimes em dizer que o acesso à universidade se tornou um pouco mais democrático a partir das Ações Afirmativas, mas ainda assim apontam a falta de espaços de acolhimento a esses estudantes, que são protagonistas nesse movimento de lutas por direitos e acesso à universidade.



A experiência das oficinas desenvolvidas pelos Programas financiados pelo PROEXT foi um exemplo da importância da extensão na universidade como forma de aproximação das comunidades ainda invisibilizadas. Através delas, essas comunidades puderam acessar seus direitos, obter informações e optar pelo ingresso diferenciado na instituição.

Incluindo a Diversidade: contribuições da extensão universitária na UFSC

Segundo o Programa de Extensão da Secretaria de Ensino Superior – MEC/Brasil (PROEXT), extensão “*é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade*”. Essa definição aponta que os programas de extensão devem buscar desconstruir o restrito aspecto assistencialista e devem estar associados a iniciativas que promovam debates acerca das questões mais difíceis da organização de nossa sociedade. As ações extensionistas não devem perder de vista as carências materiais e de conhecimentos de grande parte da população brasileira, que ocasionam a não autonomia das pessoas e impossibilita que atinjam sua emancipação econômica e social.

No entendimento de Arroyo e Da Rocha (2010), podemos dizer que as relações da universidade com a sociedade através da extensão universitária devem ser realizadas com a principal tarefa de preocupar-se com a formação do cidadão, em duplo sentido: dos novos profissionais que irão atuar nos diversos setores sociais e dos membros da comunidade, o público externo a quem as ações extensionistas se dirigem, buscando contribuir, concretamente, para a construção de melhores condições de cidadania. Um aspecto que deve ser mencionado em relação às características da extensão universitária refere-se à indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

De acordo com Laus (2019), é na extensão universitária que estudantes de Antropologia e Ciências Sociais entram em contato com sujeitos e contextos não acadêmicos, os mesmos que usualmente se propõem a estudar e compreender em suas etnografias. Por essa especificidade disciplinar, mesmo considerando a extensão um pilar básico para todas as ciências, seria um campo ainda mais potente e,



inclusive, necessário para a área. A extensão universitária é também produtora de relações, ou seja, envolve em e produtora de redes distintas. Também é neste caminho da Antropologia em extensão que se pode pensar em uma Antropologia interessada politicamente com os sujeitos que ela estuda, uma Antropologia, nos termos de Cardoso de Oliveira (2004), “comprometida”.

Para Severino (2007), a extensão se torna exigência intrínseca do ensino superior em decorrência dos compromissos do conhecimento e da educação com a sociedade, uma vez que tais processos só se legitimam, inclusive adquirindo sua chancela ética, se expressarem envolvimento com os interesses objetivos da população como um todo. O que se desenrola no interior da universidade, tanto do ponto de vista da construção do conhecimento, sob o ângulo da pesquisa, como de sua transmissão, sob o ângulo do ensino, tem a ver diretamente com os interesses da sociedade.

No que diz respeito à Universidade Federal de Santa Catarina, através das políticas públicas avaliadas neste artigo, é notório que a extensão universitária é um meio eficaz de sensibilização da comunidade perante as questões de gênero e diversidades étnico-raciais, seja através de oficinas ou outras atividades relacionadas. Atingindo um variado público, cumpre seu papel de impacto no processo de promoção da igualdade dentro e fora do ambiente acadêmico, ainda que lento. Há a necessidade de que essa ação seja contínua, através de investimentos na área da educação, gerando recursos para a criação e aperfeiçoamento de projetos futuros.

Considerações Finais

Neste artigo, apresentamos um panorama dos resultados de oficinas financiadas pelo ProExt/MEC em três contextos distintos, partindo de uma breve contextualização das demandas das Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina, e seguimos descrevendo as ações realizadas nessa Universidade. Buscamos adentrar, ainda que inicialmente, no universo desses sujeitos, público-alvo de tais políticas, apontando aspectos importantes dessas atividades de extensão universitária. Esses aspectos são retratados mais detalhadamente, a partir dos relatos dos ex-bolsistas, que forneceram dados importantes para esta pesquisa e avaliação.



A partir dos dados apresentados ao longo do texto e dos relatos dos bolsistas, percebemos que esses programas de extensão foram fundamentais para a inclusão de acadêmicos indígenas, quilombolas e da rede pública na UFSC.

Entendemos que a universidade não deve dedicar-se exclusivamente ao ensino, nem tampouco a pesquisa pode ser um segmento à parte, descontextualizado. Embora ensino e pesquisa sejam, claro, importantes funções das IES, estas devem ter uma significação social, relacionar-se o máximo possível com os interesses da comunidade. Assim, em uma universidade, ambos os eixos devem estar respaldados na relevância da sua significação social, o que pode/deve ser intensificado por suas articulações com o âmbito da extensão. Nesse sentido, ressaltamos a importância da Extensão Universitária na aproximação entre a Universidade e as comunidades indígenas e quilombolas e estudantes da rede pública. Apontamos ainda a importância de mais projetos de extensão que ultrapassem os muros da Universidade e possam chegar nos sujeitos alvos das políticas públicas.

Entendemos que as atividades desenvolvidas a partir do PROEXT/MEC possibilitaram que indígenas, negros e estudantes provenientes da rede pública tivessem conhecimento sobre as políticas de ingresso e permanência na Universidade Federal de Santa Catarina, articulando espaços de discussão e colaboração.

Referências

ARROYO, Daniela Munerato Piccolo; DA ROCHA, Maria Silvia Pinto De Moura Librandi. Meta-Avaliação de Uma Extensão Universitária: Estudo de Caso. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 2, p. 135-161, jul. 2010.

BARBOUR, Rosaline. *Grupos Focais*. Coleção Pesquisa Qualitativa. São Paulo: Bookman, 2009.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (Orgs.) *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004, p. 13-26.

COPERVE, 2006. Disponível em: <http://www.vestibular2006.ufsc.br/relatorio/Relatorio_v2006.pdf>.



CRISTOFOLINI VICENTE, Ricardo. *As Ações Afirmativas na UFSC e seus alcances para estudantes indígenas*. Trabalho de Conclusão de curso em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina, FLORIANÓPOLIS, 2018.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia, diversidade e educação: Um campo de possibilidades. *Ponto-e-vírgula*, 10: 32-45, 2011.

LAUS, Guilherme Borges. Dinamizando estudantes: reflexões sobre as oficinas temáticas do projeto de extensão papo sério. In: *Mosaico Social*. Revista do Curso de Ciências Sociais, ANO XVII N.10 - UFSC, 2019.

ORTIZ, Renato. *Universalismo e diversidade: contradições da modernidade-mundo*. São Paulo: Boitempo, 2015.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 008/CUN/2007. Universidade Federal de Santa Catarina, de 10 de julho de 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz; IORIS, Edwiges Marta; NILTON DE ALMEIDA, José; CAVALHEIRO DE JESUS, Suzana. A presença de estudantes indígenas na Universidade Federal de Santa Catarina: um panorama a partir do programa de ações afirmativas – PAA/UFSC. Século XXI, *Revista de Ciências Sociais*, v.3, no 1, p. 212-236, jan./jun. 2013.

TRAGTENBERG, Marcelo Henrique Romano; CRISPIM BOING, Alexandra; BOING, Antonio Fernando; TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Impacto das ações afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina (2008-2011). In: SANTOS, Jocélio Teles dos. (org.). *O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)*. Salvador: CEAO, 2013.

TRAGTENBERG, Marcelo Henrique Romano. O processo de elaboração e aprovação do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina (2002-2007). In: SANTOS, Jocélio Teles dos. (org.). *Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão*. Salvador: Ceao, 2012, p. 235-56.



VEZZANI, Lucas. *Contribuições para a constituição da educação superior indígena e das ações afirmativas na UFSC a partir de narrativas de estudantes Laklaño – Xokleng ingressantes pelas vagas suplementares*. Trabalho de conclusão de Curso Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

Referências Orais Entrevistadas

Alex Sander Zok Faria

Julia Marques Faraco

Luis Antonio de Souza

Raisa Barbosa Wentelemn Sagredo

Ricardo Cristofolini Vicente



Actions from ProExt / MEC at UFSC: impacts of workshops in public schools, indigenous and quilombola communities on expanding access to the Public University

ABSTRACT: This article is one of the products of a postdoctoral research developed by Melo, which had the support of undergraduate student Nóbrega Costa, in scientific initiation. We present here the evaluation of workshops held in indigenous and quilombolas communities, and in public schools around Florianópolis, developed within the scope of PROEXT / MEC / SECADI, from 2012 to 2015. Therefore, this article aims to provide an overview of the results of these workshops, starting from a contextualization by the demands of Affirmative Actions at the Federal University of Santa Catarina towards reflections on how these extension programs contributed to the current context of inclusion of indigenous, quilombola and public school students at this University. Finally, we point to the importance of university extension as a basic pillar for all sciences, being a producer of different relationships and networks. In this path of Anthropology in extension, one can think of an Anthropology that is politically interested in the subjects it studies, “committed”, also based on the inseparability between teaching-research-extension.

KEYWORDS: University extension. Public policy. Affirmative Actions. Indigenous people. Quilombolas.

Clarissa Rocha de MELO

Pós-Doutoranda em Antropologia social, especialista em Etnologia indígena, com ênfase em Ensino Superior, Antropologia da Educação, Conhecimentos indígenas e Políticas Públicas.

Maria Octavia Nóbrega COSTA

Graduanda em Antropologia - UFSC.